

Preço do diesel volta a subir com retomada de impostos federais

Após oito semanas de queda nas bombas, o preço do diesel voltou a subir nos postos brasileiros, já com repasses da retomada da cobrança de impostos federais sobre o combustível. Na semana passada, o diesel S-10 foi vendido, em média, a R\$ 5,97 por litro.

A alta, de R\$ 0,03 por litro, é a primeira desde o início de novembro. Neste período, a Petrobras promoveu dois cortes no preço de venda do combustível em suas refinarias -o segundo deles, logo após o Natal.

As alíquotas federais sobre o diesel foram zeradas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) em 2022. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou a retomar parcialmente a cobrança em julho, mas por apenas quatro meses.

A cobrança de PIS e Cofins representa R\$ 0,32 por litro no preço de bomba do produto, considerando que parte da mistura vendida nos postos contém biodiesel. Parte do aumento da carga tributária, porém, será compensada pelo último corte nas refinarias, de R\$ 0,30 por litro.

Segundo a ANP, o preço da gasolina permanece em queda no país. Na semana passada, o combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,56 por litro, R\$ 0,02 a menos do que na semana anterior.

Foi a quinta semana consecutiva de queda, motivada pela baixa nas cotações do etanol. Seu principal concorrente, o etanol hidratado também emendou a quinta semana consecutiva de queda e chegou, na semana passada, a R\$ 3,39 por litro.

Gasolina e diesel voltam

a ser pressionados no início de fevereiro pelo aumento do ICMS, o imposto estadual. O ICMS da gasolina subirá R\$ 0,15, para R\$ 1,37 por litro. No diesel, a alta será de R\$ 0,12, para R\$ 1,06 por litro.

A alíquota do gás de cozinha também vai subir: foi definida em R\$ 1,41 por quilo, aumento de R\$ 0,16 em relação ao vigente atualmente --em um botijão de 13 quilos, a diferença é de R\$ 2,08. Na semana passada, segundo a ANP, o botijão foi vendido, em média no país, a R\$ 100,77.

Ao anunciar o aumento da alíquota, o Comsefaz, que reúne os secretários estaduais de Fazenda, afirmou que a medida está em consonância com o novo marco de tributação de combustíveis e que as novas alíquotas terão validade até o fim de 2024.

Folhapress



Economia



Mercado eleva para 1,59% projeção de expansão da economia em 2024

Página - 03

Brasileiros retiram R\$ 87,8 bilhões da poupança em 2023

Página - 03



Startups que promete fazer de 2024 o ano do breakeven

Página - 05



Fluna, startup de hiperatomação, recebe aporte de R\$ 2,5 milhões

Página - 05



Política

Lula se reúne com Lewandowski e aumenta expectativa de convite para Ministério da Justiça

Página - 04

Só com a democracia sobrevive a liberdade, diz Pacheco em cerimônia sobre o 8/1

Página - 04

No Mundo

Ataque de Israel no Líbano mata comandante de grupo de elite do Hezbollah



Um ataque de Israel no sul do Líbano matou na segunda-feira (8) um comandante sênior do Hezbollah, grupo extremista islâmico patrocinado pelo Irã e que apoia o Hamas. A morte amplia os temores de que a guerra na Faixa de Gaza se estenda para outros locais da região.

Líderes do Hezbollah identificaram o combatente morto como Wissam al-Tawil, um dos chefes da força de elite do Radwan grupo que, segundo Tel Aviv, quer invadir a fronteira norte de Israel.

Eles disseram que Al-Tawil e outro combatente foram mortos após um bombardeio atingir o carro em que estavam na região de Ma-

idal Selm, no sul do Líbano e a cerca de 6 quilômetros da fronteira com Israel. Tel Aviv não comentou imediatamente o bombardeio.

Ataques israelenses já mataram mais de 130 combatentes do Hezbollah em território libanês desde o começo da guerra contra o Hamas, em 7 de outubro o grupo prometeu apoio à facção palestina, que também é apoiada pelo Irã. Outros 19 foram mortos na Síria. Al-Tawil foi um dos comandantes mais importantes do Hezbollah mortos nas hostilidades até agora, de acordo com uma fonte no Líbano familiarizada com o assunto que falou com a agência de notícias Reuters.

Após a morte, o grupo

divulgou fotografias do combatente, incluindo uma com Sayyed Hassan Nasrallah, secretário-geral do Hezbollah, e outra com Imad Mughniyeh, comandante do grupo que foi morto na Síria em 2008. Uma terceira foto mostra Al-Tawil sentado ao lado do principal comandante militar do Irã, Qassem Suleimani, morto por um ataque de drone dos EUA em Bagdá há quatro anos.

Nas últimas semanas, líderes israelenses têm repetido que existem apenas duas opções para apaziguar o conflito com o Hezbollah: uma solução diplomática para afastar o grupo Radwan da fronteira ou uma grande ofensiva militar para alcançar o mesmo objetivo.

Folhapress

China faz alvo do tamanho do maior navio de guerra do mundo



Em uma sinalização nada sutil sobre seus objetivos navais na Guerra Fria 2.0 com os Estados Unidos, o China construiu uma maquete do tamanho do maior navio de guerra do mundo em um deserto remoto no nordeste do país como alvo para seus mísseis.

Foi o que revelou imagem de satélite colhida no dia 1º pela empresa americana Planet Labs, divulgada pelo site especializado The War Zone. Ela mostra uma maquete no formato e com as dimensões do USS Gerald R. Ford, o primeiro super porta-aviões de nova geração americano, que batiza a sua classe de navio.

O Gerald Ford ganhou

destaque no fim do ano passado, quando foi deslocado pelo governo de Joe Biden ao lado do USS Dwight Eisenhower para o Oriente Médio, visando apoiar a guerra de Israel contra o Hamas ao dissuadir os aliados do grupo terrorista palestino, notadamente o Irã e o Hezbollah libanês, de entrar no conflito. O Ford, que entrou em operação em 2019, deixou o Mediterrâneo no fim da semana passada, enquanto o Eisenhower, que é de uma geração anterior de porta-aviões, segue no mar Vermelho.

Imagens anteriores do campo de teste de mísseis de Taklamakan, na província de Xinjiang, mostram que o novo alvo foi constru-

ído a partir de novembro do ano passado. Ele tem os 330 metros do Ford, mas não seu volume: para simular sua assinatura de radar, o alvo está cercado de mastros especiais com defletores para esse fim.

Assim, não é necessário construir uma maquete inteira do navio para que mísseis lançados contra o alvo o visualizem em seu sistema de busca.

Não é a primeira vez que maquetes do tipo são flagradas naquele deserto. Em 2021, a empresa de imagens de satélite Maxar revelou alvos semelhantes na forma de porta-aviões menores e destróieres americanos, um deles construído sobre trilhos para simular movimento.

Folhapress

Nova tática aumenta eficácia de ataque aéreo da Rússia contra Ucrânia

A Rússia lançou uma nova onda de ataques aéreos contra a Ucrânia na segunda (8), matando ao menos quatro pessoas e provando a eficácia de sua nova tática de emprego de mísseis e drones.

Como já havia ocorrido desde que abriu a campanha de inverno desse tipo de ação, no dia 29 de dezembro, as forças de Vladimir Putin usaram diversos tipos de armamentos de forma a saturar as defesas antiaéreas da Ucrânia, e optaram por alvejar regiões desprovidas de sistemas ocidentais mais avançados.

O resultado foi visto na contabilidade, usualmente inflada para o lado otimista, de Kiev. As Forças Armadas da Ucrânia disseram ter abatido todos os oito drones Shahed-136 de origem iraniana lançados e 18 de 24 mísseis de cruzeiro da família Kh-55/101, que voam a velocidades subsônicas.

Já 4 mísseis hipersônicos Kinjal, 8 Kh-22, 7 de

sistemas S-400, 2 Kh-31 e 6 balísticos Iskander, todos voando a velocidades muito acima da do som, passaram incólumes e atingiram diversas regiões ucranianas.

A proporção de derrubada de mísseis e drones, 26 de 59, está bem abaixo da usualmente propagandeada por Kiev um estudo com dados oficiais de outubro de 2022 a setembro de 2023 mostrava que 82% dos ataques aéreos russos eram interceptados pelos ucranianos. Aqueles dados mostravam um incremento no uso de drones ao longo do ano, poupando mísseis para a ação atual. Mais importante é o aparente sucesso em usar drones e mísseis mais lentos para congestionar o trabalho de defesas aéreas, deixando caminho livre para armas mais velozes, potentes e destrutivas. A reportagem destruição de uma bateria americana Patriot, no fim do ano, também pode ajudar a explicar a menor eficiência ucraniana.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado eleva para 1,59% projeção de expansão da economia em 2024



A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano subiu, passando de 1,52% para 1,59%. A estimativa está no boletim Focus da segunda-feira (8), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o PIB é de crescimento de 2%, a mesma projeção para 2026.

O Focus continua trazendo as previsões para 2023, já que os números ainda estão sendo consolidados. O mercado estima que o PIB de 2023 fique em 2,92%. O resultado do quarto trimestre,

com o consolidado do ano, será divulgado pelo IBGE em 1º de março.

Superando as projeções, no terceiro trimestre do ano passado a economia brasileira cresceu 0,1%, na comparação com o segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE. No ano, a alta acumulada foi 3,2%.

Com o resultado, o PIB está novamente no maior patamar da série histórica, ficando 7,2% acima do nível pré-pandemia, registrado nos três últimos meses de 2019.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique neste mesmo patamar. Esta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacio-

nal de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - para 2024 se manteve em 3,9%. Para 2025 e 2026, a projeção da inflação também permaneceu no mesmo patamar, em 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Andreia Verdélio/ABR

Investimento no Brasil mal cobre desgaste de máquinas e infraestrutura há quase uma década

O Brasil vive uma década perdida de investimentos, com dificuldades para elevar o estoque de capital da economia, essencial para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. O investimento mal cobre as perdas com a depreciação, como é chamado o desgaste de máquinas, equipamentos e da infraestrutura ao longo de seu uso.

O cenário aparece em dados atualizados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE consolidados no Indicador Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A atualização mostra que depois de uma recuperação em 2021, o investimento líquido, aquele que já desconta a perda da depreciação, voltou a ser negativo. Houve queda em 2022, em relação ao ano anterior, e retratação até fevereiro de 2023, na comparação mensal. Ou seja, o investimento no período não foi suficiente para reunir um estoque de capital físico adequado.

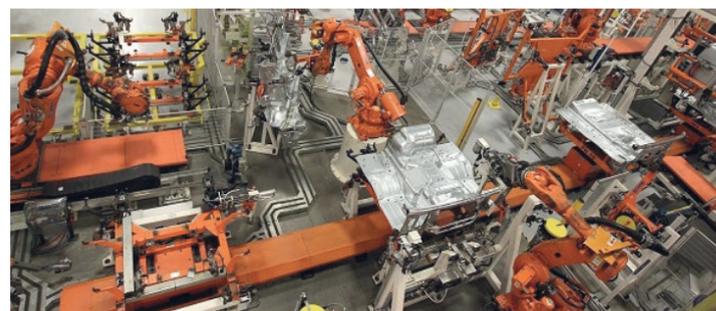
Esse tipo capital é o conjunto de recursos necessários para impulsionar a capacidade produtiva do país. Inclui, por exemplo, o maquinário das fábricas, a rede de saneamento, os galpões das redes de varejo, os prédios de escritório, o sistema de telecom, rodovias com seus elevados e pontes.

Assim, numa analogia com um maratonista, quando a economia tem estoque de capital físico negativo equivale a dizer que está perdendo musculatura.

Em março, o investimento passou a cobrir a depreciação e a ficar positivo, no entanto, arrefeceu no segundo semestre. Em setembro, o investimento líquido registrou alta de apenas 0,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os números foram atualizados às vésperas do ano novo, aprimorando a leitura sobre os diferentes setores até 2021 e a avaliação do quadro geral até setembro do ano passado.

Alexa Salomão/Folhapress



Brasileiros retiram R\$ 87,8 bilhões da poupança em 2023



Os brasileiros sacaram R\$ 87,8 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança em 2023, informou na segunda-feira (8) o Banco Central.

Esse foi o segundo maior resgate líquido de recursos nessa modalidade desde o início da série histórica, em 1995.

O recorde negativo foi registrado em 2022, quando foram retirados R\$ 103,2 bilhões a mais do que o dinheiro depositado pelos correntistas em valores absolutos. Corrigido pela inflação a valor presente, o montante seria correspondente a cerca de R\$ 108 bilhões.

O resultado do ano fechado não foi pior porque, em dezembro, a captação líquida

(diferença entre entradas e saídas de recursos) foi positiva em R\$ 13,77 bilhões. Normalmente, a caderneta de poupança tem resultado positivo no período em razão do pagamento do 13º salário.

No acumulado do ano passado, as retiradas totalizaram R\$ 3,92 trilhões, enquanto os depósitos somaram R\$ 3,83 trilhões.

Em 2023, foram registrados resultados negativos na caderneta de poupança em quase todo o ano, exceto em dezembro e junho naquele mês houve entrada líquida de R\$ 2,6 bilhões. O pior desempenho do ano ocorreu em janeiro, com a saída líquida de R\$ 33,6 bilhões. O fluxo de recursos na poupança passou a acumular retiradas signifi-

cativas desde 2021, quando o poder de compra do brasileiro caiu diante de uma inflação de dois dígitos e de um intenso choque de juros.

O cenário hoje ainda é de juros elevados, apesar da redução da taxa básica (Selic), fixada em 11,75% ao ano depois da redução de 2 pontos percentuais no acumulado em quatro quedas consecutivas.

Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,50% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a TR (taxa referencial), o que deixa a remuneração mais baixa do que outros investimentos de renda fixa. O indicador é calculado pelo BC com base nas taxas de juros das Letras do Tesouro Nacional e tem flutuação diária.

Nathalia Garcia/Folhapress

Política

Lula se reúne com Lewandowski e aumenta expectativa de convite para Ministério da Justiça



O presidente Lula (PT) convidou o ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski para uma reunião na manhã da segunda-feira (8), alimentando, entre aliados do petista, a expectativa de que seja o escolhido para a sucessão de Flávio Dino no Ministério da Justiça.

Ainda segundo aliados de Lula, o presidente pretende decidir o novo titular já nesta semana. A expectativa de integrantes do Palácio do Planalto é que o sucessor de Dino seja anunciado até esta terça-feira (9).

Lewandowski chegou a Brasília na noite do domingo (7) para participar da solenidade em memória do 8 de janeiro, quando, há um ano, apoiadores do ex-presidente

Jair Bolsonaro (PL) invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

O nome do ex-ministro do Supremo sempre esteve entre os favoritos para o Ministério da Justiça, especialmente depois de Lula desistir da ideia de nomear uma mulher para a vaga.

Segundo amigos, a sua família vinha oferecendo resistências, uma vez que o ministro aposentado hoje se dedica à iniciativa privada.

No entanto, admitem que o ex-ministro dificilmente recusaria um convite de Lula, de quem é amigo.

No fim de dezembro, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, chegou a descartar o nome do ex-ministro do STF para a função.

O senador sinalizou que

o presidente ainda não havia decidido quem escolheria, mas disse saber quem não seria ministro: Lewandowski, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, além dele próprio.

“Eu posso dizer quem eu conheço que não será [ministro]: nem o Lewandowski, nem o Jaques Wagner, nem a Gleisi”, disse o senador, horas depois de o Senado chancelar a escolha de Dino para o STF.

A afirmação fez com que pessoas próximas ao presidente passassem a apostar em Wellington, que tem o apoio de Wagner. Segundo elas, Lula desistiu da ideia original de nomear uma mulher para o Ministério da Justiça e tem acenado com a possibilidade de optar por uma solução caseira para a substituição de Dino.

Catia Seabra/Folhapress

Promessa de passagem aérea barata sob Lula esbarra em custos e demanda

As companhias aéreas brasileiras entram em 2024 pressionadas para reduzir os preços das passagens. O clamor por viagens mais baratas parte não só do consumidor, mas também do governo Lula, que voltou à Presidência resgatando o bordão de que nas gestões do petista o pobre viajava de avião. Porém a queda não vai ser fácil.

O assunto leva as aéreas à berlinda no momento em que elas ainda sofrem as consequências da pandemia, que travou o setor, e da Guerra da Ucrânia, que impulsionou o combustível, entre outros motivos.

O porta-voz da pressão por preços mais baixos é o ministro de Portos e Aeroporto, Silvio Costa Filho, que tem anunciado diálogo com o setor para buscar soluções, enquanto Azul, Gol e Latam se comprometem a tentar vender bilhetes mais baratos. No entanto, especialistas alertam que o recente reaquecimento da demanda e o modelo regulatório brasileiro desfavorecem as grandes promoções

-como aquelas praticadas pelas chamadas low costs, as companhias de baixo custo que não operam no Brasil.

Em dezembro, mês de alta temporada, quando as passagens disparam, os presidentes das três empresas participaram de evento com o ministro para anunciar uma série de esforços. A Azul disse que vai fornecer 10 milhões de assentos por menos de R\$ 799 neste ano, enquanto a Gol estimou 15 milhões de passagens por até R\$ 699.

Pode parecer que o governo teve sucesso na pressão para baratear as passagens, porém, na prática, a tarifa real média do voo doméstico já estava em R\$ 618 no acumulado de janeiro a outubro de 2023, segundo os dados mais recentes da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Cerca de 53% dos bilhetes vendidos não ultrapassaram os R\$ 500, conforme as medições do órgão. Os mais caros são aqueles comprados de última hora, perto da data do embarque.

Joana Cunha/Folhapress



Só com a democracia sobrevive a liberdade, diz Pacheco em cerimônia sobre o 8/1



Enquanto discursava na cerimônia no Congresso Nacional que relembra um ano do 8 de janeiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), associou os conceitos de liberdade e democracia.

“O ser humano somente pode ser livre quando há democracia, e a democracia somente existe, ministro Alexandre de Moraes, quando se respeita o processo eleitoral. Desqualificar e desacreditar o processo eleitoral não ofende apenas as instituições republicanas ou a Justiça Eleitoral, ofende também, de uma maneira ainda mais grave, o povo brasileiro”, disse.

Pacheco afirmou ainda que, passado um ano desde que a Esplanada dos Minis-

térios foi invadida, as grades que protegem o Congresso serão removidas.

“É chegada a hora, em 8 de janeiro de 2024, um ano após esta tragédia democrática do Brasil, abrir o Congresso Nacional para o povo brasileiro. Retirar essas grades que circundam o Congresso Nacional para que todos tenham a compreensão de que esta Casa é a casa deles, é a casa do povo, é a casa de representantes eleitos, onde as decisões devem ser tomadas para o rumo do Brasil”, declarou.

Em um discurso marcado pela defesa da democracia, o presidente do Senado afirmou que o evento não é apenas um ato simbólico, mas “um momento de reafirmação da força da democracia brasileira

e o nosso compromisso com os valores democráticos”. Pacheco disse ainda que aqueles que atentam contra o regime da democracia, a quem ele chamou de “inimigos da democracia”, não representam a “vontade popular”. “Os inimigos da democracia usam um falso discurso político para ascender ao Poder, para nele se manterem, de maneira ilegítima, e para dissimular suas reais intenções”, acrescentou.

O parlamentar ressaltou ainda que o regime democrático garante o direito à oposição, mas o resultado das eleições deve ser respeitado.

“Aceitar, com naturalidade, e grandeza de espírito a vitória de um candidato com o qual não simpatizamos é dever cívico de todos nós.” CNN



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Startups que promete fazer de 2024 o ano do breakeven



O termo em inglês para o equilíbrio de contas, conhecido como “breakeven”, tem sido amplamente discutido entre startups e fundos de venture capital nos últimos meses. Muitas empresas, após reduzirem despesas, estabilizarem produtos e ajustarem suas taxas de crescimento, estão prometendo atingir o equilíbrio entre receitas e gastos em 2024.

Dentre essas empresas estão fintechs como Conta Simples, Credits, Clara, Cora, CondoConta e Educabank, a startup de fidelidade Dotz, a retailtech Vendah, a healthtech Sami, a edtech Principia e a Traction, especializada em inteligência artificial para o setor industrial. Algumas delas já alcançaram o ponto de virada em um mês ou

trimestre, mas estão buscando atingir o resultado anual. Empresas como Loft e Raízs, que entraram nesse patamar recentemente, enfrentam o desafio de se manter nele.

Gina Gotthilf, cofundadora da Latitud, destaca a importância da mentalidade de “breakeven” e responsabilidade financeira, considerando isso saudável para as startups. Enquanto a perspectiva de queda nas taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos anima investidores, a habilidade do empreendedor e a relação de confiança com acionistas institucionais são vistos como fatores determinantes.

Para Sergio Furio, fundador da Credits, breakeven e unit economics são temas distintos, com breakeven representando um resultado positivo anual, enquanto a empresa

pode ter prejuízo ao criar mercado e construir relacionamentos. Ele enfatiza a necessidade de pensar a empresa para o médio e longo prazo.

A Credits, buscando lucratividade há cerca de um ano, espera gerar lucro no início de 2024, mesmo diante das taxas nos EUA. Furio destaca a importância da adaptabilidade diante das mudanças de contexto ao longo do tempo.

Empresas como a Clara, de cartões de crédito corporativos, buscam operar no azul, excluindo investimentos em tecnologia e pesquisa. A opção pelo breakeven torna-se crucial na captação de mais capital, refletindo uma mudança nas regras do jogo. Gerry Colyer, CEO da Clara, expressa otimismo cauteloso em relação ao plano da empresa.

Pipeline Valor

Fluna, startup de hiperautomação, recebe aporte de R\$ 2,5 milhões



A Fluna, startup de hiperautomação e integração de processos, fez sua primeira captação de R\$ 2,5 milhões liderada pela a Hiker Ventures, fundo de venture capital da gestora AF Invest. Apesar de ser uma rodada “seed”, a startup não é estrepante no mercado. Fundada em 2020, já possui mais de 30 clientes e 24 mil usuários de seus sistemas.

A Fluna nasceu do desejo de Alysson Nazareth e Paulo Cerqueira de acelerar os processos de automação, integrando diversas ferramentas já disponíveis no mercado. A tecnologia proprietária da startup permite a comunicação entre diferentes lingua-

Athena Healthcare Holding S.A.
CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514
Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de janeiro de 2024, às 14h00

Athena Healthcare Holding S.A. (“Companhia”) vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), convocar os acionistas da Companhia para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 15 de janeiro de 2024, às 14h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, sala B, Pinheiros, CEP 05.425-070, ou por aplicativo de videoconferência, por meio de link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 (“IN DREI 81”), nos termos do art. 124, § 2º A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 52.629.000,00 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais), mediante a emissão de 52.629.000 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, § 1º, da Lei das S.A., e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de novembro de 2023, às 14h00; (ii) aprovar a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado no item (i) acima; (iii) aprovar a reeleição de membros da Diretoria da Companhia; (iv) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iii) acima. Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Departamento de Relacionamento com Investidores da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até às 18h do dia 10 de janeiro de 2024, por meio do endereço eletrônico ri@athenasaude.com.br (“Cadastro”). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital Google Meet para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relacionamento com Investidores, por meio do e-mail ri@athenasaude.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores, ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia via digitalizada dos seguintes documentos: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecerá à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 05 de janeiro de 2024.
Fabio Minamisawa Hirota – Diretor Presidente. (05, 06 e 09/01/2024)

On The Avenue Investimentos e Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 32.593.898/0001-45 – NIRE 35.232.259.339 – Sociedade
Ata de Reunião de Sócios 8 de janeiro de 2024

Aos 08/01/2024, às 10:00 horas, na sede social com a totalidade do capital social, dispensando a sua convocação. **Mesa:** Juan Diego Garcia, Presidente e Nathan Kacew, Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade: (a) a redução do capital social dos atuais R\$ 2.000.000,00 para R\$ 100.000,00, por jugá-lo excessivo em relação às atividades por ela exercida; (b) a restituição aos Sócios do montante de R\$ 1.900.000,00, na proporção da participação de cada um deles no capital social da Sociedade, e a redução do valor nominal das quotas de R\$ 0,30 para R\$ 0,015: **Cláusula 5ª** O Capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 100.000,00, dividido em 6.700.000 quotas com valor nominal de R\$ 0,015 cada, da seguinte forma: ON THE Avenue Properties LLC; 6.699.998 Quotas; R\$ 99.999,97. Nathan Kacew; 1 Quota; R\$ 0,015. Juan Diego Garcia; 1 Quota; R\$ 0,015. **Total:** 6.700.000 Quotas; R\$ 100.000,00. O registro deste instrumento para refletir a redução após o decurso do prazo de 90 dias. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 08/01/2024. **Mesa:** Juan Diego Garcia – Presidente; Nathan Kacew – Secretário.

Companhia Nitro Química Brasileira
CNPJ nº 61.150.348/0001-50 – NIRE 35.300.054.547
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de outubro de 2023

Local/Data/Hora: Na sede social, 10/10/2023, 17hs. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presentes todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** A abertura de uma Unidade denominada Nitro Química Paraguay S.A., a ser estabelecida na Cidade de Hernandarias, Alto Paraná, Paraguai, tendo como objeto social importação, comercialização, formulação, distribuição, compra e venda de insumos agrícolas relacionados a agricultura geral, assim como a exploração em todas as suas formas de estabelecimentos comerciais, agrícolas granadeiros e cultivos florestais. Autorizada a Diretoria a praticar os atos necessários à implementação das deliberações. Nada mais. JUCESP nº 486.738/23-1 em 27/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

gens, criando soluções modulares e adaptáveis a cada necessidade. Com as “peças” prontas, a construção de cada produto se torna mais rápida e menos custosa.

“Fazemos parte da chamada terceira onda de automação de processos, em que conseguimos combinar diversas tecnologias. Ao invés de oferecer apenas uma ferramenta para nossos clientes, conseguimos elaborar uma ‘caixa’ de soluções que se integram da forma mais eficaz”, afirma Paulo Cerqueira, CEO da Fluna.

Alysson, que atua como CIO, completa: “Essa associação de linguagens será cada vez mais essencial para o futuro. Nossa tecnologia já

permite hoje integrar de Inteligência Artificial a disparadores de e-mail, banco de dados, softwares de gestão, em uma única solução”.

A rodada será usada para aumentar os investimentos em tecnologia e ganhar tração nos próximos anos. O objetivo é dobrar o faturamento em 2024, com a entrada de novos clientes. “A solução da Fluna traz importantes ganhos de eficiência para as empresas, reduzindo custos e agilizando diversos processos. Além disso, a equipe altamente especializada e a tecnologia proprietária trazem um potencial de crescimento brutal, e queremos ajudar nessa jornada”, afirma Rodrigo Moreira, sócio da gestora.

Startupi

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$) | | | | | | | | |
|---|---|---|--------------------|---|-------------------|-----------------------------|--|----------------|
| Ativos | Nota | 2018 | 2017 | Passivos e Patrimônio Líquido | Nota | 2018 | 2017 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 16 | 3 | Fornecedores | 6 | 13 | - | |
| Imposto de renda e contribuição social | - | 4 | 4 | Contas a pagar com partes relacionadas | 7 | 222 | 230 | |
| Créditos com partes relacionadas | 7 | 10 | 16 | Dividendos a pagar | - | 611 | - | |
| Dividendos a receber | - | 435 | - | Outras contas a pagar | - | 11 | - | |
| Total do ativo circulante | - | 465 | 23 | Total do passivo circulante | - | 857 | 230 | |
| Investimentos | 5 | 507.582 | 387.173 | Patrimônio Líquido | - | - | - | |
| Total do ativo não circulante | - | 507.582 | 387.173 | Capital social | 8 | 496.971 | 496.971 | |
| Total ativo | - | 508.047 | 387.196 | Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 15.438 | - | |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i> | | | | | | | | |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$) | | | | | | | | |
| | Capital Social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas de lucros | Reserva Legal | Reserva de lucros | Prejuízos/Lucros acumulados | Ajuste de instrumentos financeiros não derivativos | Total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2017 | 496.971 | - | - | - | - | (107.994) | - | 388.977 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (2.011) | - | (2.011) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 496.971 | - | - | - | - | (110.005) | - | 386.966 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 15.438 | - | - | - | - | - | 15.438 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 174.281 | - | 174.281 |
| Reserva legal | - | - | 3.214 | - | - | (3.214) | - | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | (611) | - | (611) |
| Retenção de lucros | - | - | - | - | 60.451 | (60.451) | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | (68.884) | (68.884) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 496.971 | 15.438 | 3.214 | 60.451 | - | - | (68.884) | 507.190 |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i> | | | | | | | | |
| Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | | | |
| 1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. ("Companhia" ou "HBHN"). | entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendendo suas participações em controladas. c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. | | | | | | | |
| 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de dezembro de 2023. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 – Instrumentos financeiros não derivativos. d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. a) Mudança nas políticas contábeis: A Companhia aplica inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente suas demonstrações financeiras: CPC 48 – Instrumentos Financeiros: O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangente ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não produziu impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018. | • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos físicos diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. f) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passivo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. g) Imposto de renda e contribuição social: Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adota essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Companhia foram avaliados e os valores envolvidos | | | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado (anteriormente classificado como empréstimos e recebíveis) | 3 | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | | | | | | | |
| Custo amortizado (anteriormente classificado como empréstimos e recebíveis) | 16 | | | | | | | |
| Créditos com partes relacionadas | 230 | | | | | | | |
| Passivo pelo custo amortizado: | 230 | | | | | | | |
| Contas a pagar com partes relacionadas | 230 | | | | | | | |
| b) Investimentos em controladas: As demonstrações financeiras incluem investimentos da Companhia em entidades controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são: | Participação – % | | | | | | | |
| | 2018 | 2017 | | | | | | |
| Controladas diretas | 100,00 100,00 | | | | | | | |
| Hidroviás do Brasil – Miritituba S.A. | 100,00 | 100,00 | | | | | | |
| Hidroviás do Brasil – Navegação Norte S.A. | 100,00 | 100,00 | | | | | | |
| Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A. | 100,00 | 100,00 | | | | | | |
| Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em | | | | | | | | |

| Demonstração do Resultado do exercício para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$) | | | |
|---|---|------------------|----------------|
| | Nota | 2018 | 2017 |
| Receitas (Despesas) Operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 10 | (39) | (4) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5 | 105.436 | (2.007) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 105.397 | (2.011) |
| Receitas financeiras | 11 | 81.279 | - |
| Resultado financeiro | | 11 81.279 | - |
| Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social | | 186.676 | (2.011) |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | - |
| Diferido | 12 | (12.395) | - |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 174.281 | (2.011) |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i> | | | |
| Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$) | | | |
| | Nota | 2018 | 2017 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | 174.281 | (2.011) |
| Resultado abrangente total do exercício | | 174.281 | (2.011) |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i> | | | |
| justo do pré-pagamento por insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas: | | | |
| Ativos financeiros a VJR | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. | | |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. | | |
| Instrumentos de dívida a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. | | |
| Instrumentos patrimoniais a VJORA | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. | | |
| Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação da qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Capital social – Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. e) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("forward-looking"). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são as perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes | | | |

| Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$) | | | |
|---|-------------|-----------------|------------|
| | | 2018 | 2017 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício | | 174.281 | (2.011) |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo (lucro) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (105.436) | 2.007 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12.395 | - | - |
| Atualização monetária e cambial | (81.279) | - | - |
| | (39) | (4) | - |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | 13 | - | - |
| Obrigações tributárias | - | (4) | - |
| Outras contas a pagar | 621 | - | - |
| Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais | | 595 | (8) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Mutuo concedido entre partes relacionadas | (604) | - | - |
| Aumento (redução) de capital em controladas | (15.408) | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (16.012) | - |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 15.438 | - | - |
| Outras contas a pagar com partes relacionadas | (8) | - | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | 15.430 | - |
| Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa | | 13 | (8) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 3 | 11 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 16 | 3 |
| Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa | | 13 | (8) |
| <i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i> | | | |

dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos físicos diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passivo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g) Imposto de renda e contribuição social:** Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **h) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adota essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos da adoção desta norma para as demonstrações financeiras da Companhia foram avaliados e os valores envolvidos

continua ...

... continuação

não impactarão de forma relevante os saldos contábeis. As análises relacionadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos: Taxa de desconto; Estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos. Dessa maneira, com base na existência de componentes significativos de julgamento nesse pronunciamento, a administração entende que poderá haver alterações nos impactos esperados. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo

nas demonstrações financeiras da Companhia: • ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. • Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa. • Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33). • Ciclo de melhorias anuais nas normas – várias normas. • CPC 50 Contratos de Seguros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | | |
|---------------------------|-----------|----------|
| Conta Corrente – Nacional | 2018 | 2017 |
| | 16 | 3 |
| Total | 16 | 3 |

5. Investimentos – A Companhia detém participações societárias em controladas, conforme segue:

| | 2017 | | | 2018 | | |
|--------------------|-------------------|---------------------------------|---------------------------------------|---------------|--------------|-------------------------------|
| | % de participação | Saldo inicial dos investimentos | Resultado de equivalência patrimonial | AFAC | Dividendos | Saldo final dos investimentos |
| HB Navegação Norte | 100% | 134.921 | 44.043 | 6.750 | – | 185.714 |
| HB Miritituba | 100% | 63.704 | 3.738 | 700 | – | 68.142 |
| HB Vila do Conde | 100% | 188.548 | 57.655 | 7.958 | (435) | 253.726 |
| Total | | 387.173 | 105.436 | 15.408 | (435) | 507.582 |

As principais informações sobre as controladas são apresentadas a seguir:

| | 2018 | | | 2017 | | |
|----------------------------|----------------|--------------------|------------------|----------------|--------------------|------------------|
| | HB Miritituba | HB Navegação Norte | HB Vila do Conde | HB Miritituba | HB Navegação Norte | HB Vila do Conde |
| Balanco Patrimonial | | | | | | |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | 92.633 | 299.910 | 178.464 | 20.233 | 48.746 | 25.338 |
| Não circulante | 264.845 | 458.670 | 658.800 | 285.165 | 525.528 | 722.598 |
| Total | 357.478 | 758.580 | 837.264 | 305.398 | 574.274 | 747.936 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | 37.060 | 117.861 | 71.166 | 18.110 | 105.881 | 95.717 |
| Não circulante | 252.976 | 461.755 | 519.895 | 223.571 | 332.390 | 463.847 |
| Patrimônio líquido | 67.442 | 178.964 | 246.203 | 63.717 | 136.003 | 188.372 |
| Total | 357.478 | 758.580 | 837.264 | 305.398 | 574.274 | 747.936 |
| Lucro/prejuízo | 3.738 | 44.043 | 57.655 | (11.854) | 13.585 | (3.738) |
| Receita | 274.645 | 274.645 | 137.132 | 59.857 | 179.034 | 114.619 |

6. Fornecedores

| | | |
|------------------------|-----------|----------|
| Fornecedores nacionais | 2018 | 2017 |
| | 13 | – |
| Total | 13 | – |

7. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração:

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. **Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:**

| | Ativos | | Passivos | |
|-------------------------------|-----------|-----------|--------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Hidroviões do Brasil S.A. (1) | 1 | 16 | (222) | (230) |
| Miritituba S.A. (2) | 9 | – | – | – |
| Total | 10 | 16 | (222) | (230) |

(1) Referem-se as despesas operacionais junto a Companhia Hidroviões do Brasil S.A. (2) Referem-se as despesas gerais compartilhadas entre a Holding Norte S.A. e Miritituba S.A. **8. Capital Social** – Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$496.971.094 (R\$496.971.094 em 31 de dezembro 2017), representado por 496.971.094 (496.971.094 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está detalhada a seguir:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Ações ordinárias | % ordinárias | Ações ordinárias | % ordinárias |
| Acionistas | | | | |
| Hidroviões do Brasil Holding Norte S.A. | 496.971.094 | 100 | 496.971.094 | 100 |
| Total | 496.971.094 | 100 | 496.971.094 | 100 |

Reserva legal: De acordo com o previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital

social. **Dividendos:** Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme Lei nº 6.404/76 art. 189, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e provisão para o imposto de renda. **9. Instrumentos Financeiros – 9.1. Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|---------|----------|--------|----------|
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos |
| Valor justo por meio do resultado: | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nível 1 | 16 | 3 | |
| Custo amortizado | | | | |
| Créditos com partes relacionadas | Nível 2 | 10 | 16 | |
| Passivo pelo custo amortizado: | | | | |
| Fornecedores | Nível 2 | 13 | – | |
| Contas a pagar com partes relacionadas | Nível 2 | 222 | 230 | |
| Outras contas a pagar | Nível 2 | 11 | – | |

9.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

Os instrumentos financeiros da Companhia, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2018. **9.3. Gerenciamento de risco:** Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o

valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: Risco de crédito. Risco de liquidez. Risco de taxa de juros. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Risco de crédito: É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões internas realizadas pela controladora final para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

| | 2018 | 2017 |
|---|------|------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 16 | 3 |
| Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possua de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações: | | |
| | 2018 | 2017 |
| | 16 | 3 |

Risco de taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

| | 2018 | | | 2017 | | |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|-----------|-----------|-----------|
| | Próximos 12 meses | Entre 13 e 24 meses | Entre 25 e 37 meses | em diante | em diante | em diante |
| Fornecedores | 13 | – | – | – | – | – |
| Risco de taxa de juros: O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi: | | | | | | |
| | 2018 | 2017 | | | | |
| | 16 | 3 | | | | |

Instrumentos financeiros Risco estimada Total

| | | Taxa | | | |
|--|-------------|-------|------|-----|------------|
| | | I | II | III | |
| Caixa e equivalentes de caixa | CDI | 6,55% | 100% | 25% | 50% |
| 10. Despesas gerais e administrativas | | | | | |
| Seguros | (19) | | | | |
| Serviços de terceiros | (20) | | | | |
| Outras despesas | – | | | | |
| Total | (39) | | | | (4) |
| Classificados como: | | | | | |
| Gerais e administrativas | (39) | | | | (4) |
| Total | (39) | | | | (4) |

11. Resultado financeiro

| | | | |
|---|---------------|--|--|
| Receitas: | | | |
| Variação cambial – Hedge | 81.279 | | |
| Resultado financeiro líquido | 81.279 | | |
| A variação cambial da controlada Hidroviões do Brasil – Vila do Conde S.A. foi reconhecido na controladora assim como o respectivo imposto de renda e a contribuição social no valor de R\$12.395. 12. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, ao qual apresentou Lucro Contábil | | | |

e, consequentemente, a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL corretos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|------------|
| Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL | 186.676 | (2.011) |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal | (63.470) | 684 |
| Ajustes Permanentes: | | |
| Equivalência patrimonial | 35.848 | (682) |
| Outros ajustes: | | |
| Hedge accounting | 15.225 | – |
| Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos | – | (2) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (12.395) | – |
| Impostos correntes | (12.395) | – |
| Impostos diferidos | (12.395) | – |
| Total | 12% | 0% |

13. Eventos subsequentes – (i) Incorporação: Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidroviões do Brasil Navegação Norte S.A. (matriz e filiais) e Hidroviões do Brasil Miritituba S.A. foram incorporadas pela HB Vila do Conde S.A. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, a Hidroviões do Brasil Navegação Norte S.A. e Hidroviões do Brasil Miritituba S.A. se tornaram filiais da Hidroviões do Brasil Vila do Conde S.A. (ii) Novos negócios: Em 13 de agosto de 2019 a Hidroviões do Brasil – Holding Norte S.A., subsidiária integral da Companhia (“HBHN”), sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), para arrendamento de área portuária denominada STS20, destinada a movimentação e armazenagem de grânulos sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, no Porto organizado de Santos, Estado de São Paulo (“Arrendamento”), em razão de ter apresentado o maior valor da outorga pelo Arrendamento, no valor total de R\$112,5 milhões. Como resultado do Leilão, a HBHN constituiu uma Companhia de Propósito Específico, na forma de Companhia por ações, cuja finalidade exclusiva será a exploração do objeto do Arrendamento, o qual terá um prazo de 25 (vinte e cinco anos) contados a partir da Data da Assunção (celebração do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos). Em 16 de janeiro de 2020 a Hidroviões do Brasil – Vila do Conde S.A. (“HBVC”), subsidiária da Companhia, a Salinor – Salinas do Nordeste S.A. (“Salinor”) e a Navenor S.A. Serviços Marítimos (“Navenor”), subsidiária da Salinor, celebraram os contratos de Prestação de Serviços de Armazenagem e Transferência de Sal a Contrabordo, de Prestação de Serviços de Navegação para Transporte de Sal e o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Móveis e Outras Avenças, com a Salinor, e o Contrato de Afretamento de Barcaças Autopropelidas a Casco Nu, com a Navenor e Salinor, como Interventente-Anuente, com vigência de 20 anos a partir da data de início das operações, para viabilizar uma operação logística integrada para futura movimentação de sal. Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Companhia após análise de impacto dessa mudança global, não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente
Gleize Franceschini Gealh – Vice-Presidente de Operações
Felipe Nezio de Castro – Contador CRC 1SP 324.785/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Administradores da Hidroviões do Brasil – Holding Norte S.A. – São Paulo-SP
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviões do Brasil – Holding Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviões do Brasil – Holding Norte S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa de nº 11 às demonstrações financeiras, a demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de receitas financeiras e despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos os montantes de R\$ 81.279 mil e R\$ 12.395 mil, respectivamente, relativos a efeito da variação cambial de hedge da sua controlada Hidroviões do Brasil – Vila do Conde S.A., o qual foi registrado diretamente no resultado do exercício da Companhia. Conseqüentemente, a receita financeira e os respectivos impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2018, estão apresentados a maior em R\$ 81.279 mil e R\$ 12.395 mil, respectivamente, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 68.884 mil, após os efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 21 de janeiro de 2019, com modificação sobre as operações de “risco sacado” que não foram adequadamente contabilizadas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração

pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação

das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de dezembro de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 014.428/0-6
André Fonseca da Rocha – Contador CRC 1SP 265.531/0-8

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br
Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Imaribo Florestal Ltda.
CNPJ/MF nº 21.344.562/0001-22 – NIRE 35.233.442.889 (em transformação)
Instrumento Particular de Transformação de Tipo Societário de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações
Pelo presente instrumento: (i) **Querência Agroflorestal S.A.**, CNPJ/MF nº 03.945.536/0001-78 (“Querência”); e (ii) **Rio Negro Propriedades Rurais e Participações S.A.**, CNPJ/MF nº 32.286.969/0001-67 (“Rio Negro”); Na qualidade de representantes da totalidade do capital social desta (“Sociedade”); Têm entre si, justo e acordado, alterar o contrato social da Sociedade, de acordo com os seguintes termos: 1. Os sócios decidem, por unanimidade, transformar a Sociedade em uma sociedade por ações, permanecendo válidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades da Sociedade, que passará a utilizar a denominação social **Imaribo Florestal S.A.** (“Companhia”) e será regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976. A Companhia manterá a sua sede em São Paulo-SP, Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16F Parte. A Companhia manterá inalterado o seu objeto social, bem como o valor do capital social da Companhia, convertendo-se as quotas representativas do capital social em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$225.146.080,00, representado por 225.146.080 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os sócios autorizam os administradores a abertura dos respectivos livros sociais da Companhia. Ademais, os sócios aprovam que as publicações da Companhia sejam realizadas no jornal Data Mercantil. 2. Os acionistas deliberam que a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 3 Diretores, acionistas ou não, residentes no País, com mandato unificado de até 3 anos, permitida a reeleição, todos sem designação específica, sendo aprovadas a eleição de (a) Sr. **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, RG nº 26.607.553-8 SSP/SP, CPF/MF nº 048.731.858-74; (b) Sr. **Marcelo Maris Sales**, RG nº 24.140.174 SSP/SP e CPF/MF nº 262.349.228-05; e (c) Sr. **Apolonio Jorge Maris Sales**, RG nº 29.499.988-7 SSP/SP, CPF/MF nº 222.315.308-99, os quais declaram não estar incluídos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 3. Os acionistas decidiram que não será constituído o Conselho Fiscal de funcionamento permanente para a Companhia. 4. Fica consolidado o novo o Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 09/10/2023. Visto de Advogado: Anderson Paulo do Nascimento Sales OAB/SP nº 337.050. JUCESP – Registrado sob o nº 426.952/23-6 e NIRE 35.300.626.401 em 09/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Negócios

Ainda sob ataque, Atacadão troca de cidade e vai inaugurar 1ª loja na Grande Paris



Após ser “expulso” de uma cidade em 2023, o grupo Carrefour vai abrir a primeira loja da marca brasileira Atacadão na França no primeiro semestre deste ano. A bandeira vai estrear em Aulnay-sous-Bois, uma pequena cidade que faz parte da Grande Paris, a 16 km do marco zero da capital.

A loja foi chamada de “projeto miserabilista” em um manifesto lançado por um político local, mas o documento parece não ter sensibilizado a cidade apenas 650 moradores assinaram, no esforço inicial de alcançar mil nomes.

Em março do ano passado, o Carrefour desistiu de abrir um Atacadão em

Sevrans, também na Grande Paris, após o prefeito criar um abaixo-assinado contra a instalação do mercado e chamar a ideia de “desastrosa”.

Na vizinha Aulnay-sous-Bois, no entanto, o prefeito Bruno Beschizza, do partido de direita Republicanos, abraçou a ideia. Nem o prefeito nem o Carrefour na França responderam a pedidos de entrevista.

“A situação atual é que estão em andamento procedimentos de demissão e de reclassificação e também estão em andamento negociações entre o Carrefour e os sindicatos”, afirmou à Folha o professor Mehdi Chtioui, responsável local pelo partido de

esquerda França Insubmissa.

“Diante disso, os funcionários se cansaram de brigar e estão preferindo negociar amigavelmente”, disse Chtioui. De acordo com reportagens da mídia francesa, o investimento necessário para a transformação da loja Carrefour em um Atacadão é de 10 milhões (R\$ 53 milhões).

Da mesma forma que aconteceu em Sevrans, houve um abaixo-assinado online lançado em Aulnay-sous-Bois. O texto-manifesto foi criado justamente por Mehdi Chtioui, em julho de 2023, quando os primeiros rumores da chegada do Atacadão passaram a ser comentados na pequena cidade.

Ivan Finotti/Folhapress

BYD supera Tesla em vendas de carros elétricos pela primeira vez



A fabricante chinesa BYD ultrapassou a Tesla pela primeira vez em vendas de carros 100% elétricos durante um trimestre. No período de outubro a dezembro do ano passado, a BYD comercializou 526 mil unidades em todo o mundo, superando as 484 mil unidades da empresa de Elon Musk. Com esse desempenho, a BYD conquistou a posição de líder no mercado global de veículos elétricos neste período específico.

Em uma entrevista à Bloomberg em 2011, Musk havia ridicularizado a possibilidade de ser superado pela BYD em veículos elétricos, menosprezando a empresa como uma concorrente. A

Fiat Strada é o veículo novo mais vendido do Brasil em 2023; veja a lista

A Fiat Strada conquistou o título de veículo novo mais vendido no Brasil em 2023, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). O número de unidades comercializadas da picape atingiu 120.600 em todo o país.

Desde 2021, a Strada mantém sua posição no topo, desbancando o Chevrolet Onix, que liderou por seis anos consecutivos antes disso. No ano de 2022, a picape também encerrou como líder, com 112.456 unidades vendidas.

Uma novidade notável é a ascensão do Volkswagen Polo para a segunda posição. O novo modelo de entrada da marca, desde a aposentadoria do Gol, registrou 111.242 unidades emplacadas em 2023. O Chevrolet Onix ficou em terceiro lugar, com 102.043 unidades.

Os dados divulgados pela Fenabreve na quinta-feira (4) revelam um aumento de 9,7% nos emplacamentos totais em 2023, impulsionado

pelo programa de descontos do governo federal para carros zero no meio do ano.

Os 10 veículos mais vendidos em 2023 foram:

Fiat Strada: 120.600 unidades

Volkswagen Polo: 111.242 unidades

Chevrolet Onix: 102.043 unidades

Hyundai HB 20: 88.905 unidades

Chevrolet Onix Plus: 74.887 unidades

Fiat Mobi: 73.428 unidades

Volkswagen T-Cross: 72.441 unidades

Fiat Argo: 66.717 unidades

Chevrolet Tracker: 66.643 unidades

Hyundai Creta: 65.817 unidades

A Fiat liderou entre as montadoras, representando 21,82% do mercado de automóveis e comerciais leves, seguida pela Volkswagen com 15,83%. As vendas totais em 2023 atingiram 2.308.140 veículos, um aumento de 9,7% em relação a 2022. G1



BYD, que conta com Warren Buffett como um de seus investidores, tem experimentado um crescimento significativo, principalmente no mercado chinês. No final do ano passado, seis dos modelos mais vendidos na China eram da BYD, detendo uma participação de mais de 35% entre os consumidores chineses, no maior mercado global de automóveis.

Além de consolidar sua presença na China, a BYD tem buscado expandir suas operações em outras regiões, incluindo a Europa e o Brasil, onde possui uma fábrica na Bahia, em Camaçari, ocupando o local anteriormente utilizado pela Ford. Vale ressaltar que a BYD não está sozinha entre as montadoras chinesas

investindo no mercado de veículos elétricos no Brasil, já que a GWM (Great Wall Motors) adquiriu a antiga fábrica da Mercedes-Benz em Itacemópolis e está preparando a unidade para ser reinaugurada ainda neste ano.

Apesar de ter superado a Tesla no último trimestre do ano passado, a BYD ainda está atrás em termos de vendas anuais. Nos últimos 12 meses, as vendas globais da BYD totalizaram 1,58 milhão de carros elétricos, enquanto a Tesla registrou 1,8 milhão de unidades vendidas. Para ampliar sua participação de mercado e competir com a abordagem agressiva da Tesla, a BYD tem adotado uma estratégia de preços mais competitivos. Pipeline Valor